



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santarém



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santarém (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



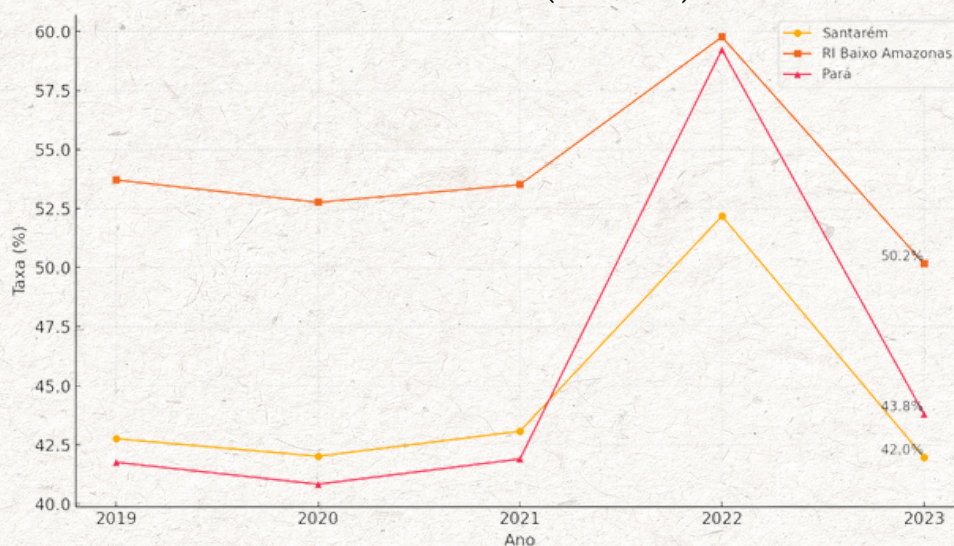
Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Santarém, observa-se uma relativa estabilidade da taxa de pobreza entre 2019 (42,7%) e 2021 (43,1%), seguida por um salto expressivo em 2022, quando o indicador atingiu 52,4%. Esse pico reflete os efeitos socioeconômicos mais severos do período pós-pandemia, com impacto sobre renda e ocupação da população vulnerável. No entanto, em 2023, houve uma melhora significativa, com a taxa retornando a 42%, muito próxima dos níveis anteriores à crise sanitária (Gráfico 1).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, mas com maior intensidade. A taxa partiu de um patamar mais elevado em 2019 (53,7%), mantendo-se relativamente constante até 2021, quando voltou a subir drasticamente em 2022 para 60,0%. Esse aumento pode estar associado à fragilidade socioeconômica da região, agravada por dificuldades de acesso a serviços e empregos formais. A queda para 50,2% em 2023 indica uma recuperação parcial, mas ainda distante dos níveis pré-pandemia (Gráfico 1).

Já no estado do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 41,9% em 2019 e caiu levemente até 2020 (40,6%), voltando a subir de forma aguda para 59,6% em 2022, comportamento semelhante às demais escalas. Em 2023, o indicador recuou para 43,8%, praticamente retornando à base inicial do período. A variação ao longo dos anos revela que, embora os impactos de 2022 tenham sido generalizados, o estado conseguiu retomar patamares anteriores mais rapidamente do que a RI e o município analisado (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Santarém, o percentual das despesas públicas com serviços essenciais (saúde, educação e assistência) manteve-se em níveis elevados durante todo o período, oscilando entre 70% e 74%. Após uma leve queda de 73,2% em 2020 para 70,5% em 2022, observa-se um crescimento expressivo em 2023, atingindo 73,9%. Essa recuperação pode sinalizar uma retomada de investimentos sociais como resposta ao agravamento da pobreza em 2022, refletindo políticas de contenção da vulnerabilidade social (Gráfico 2).

Na RI Baixo Amazonas, os

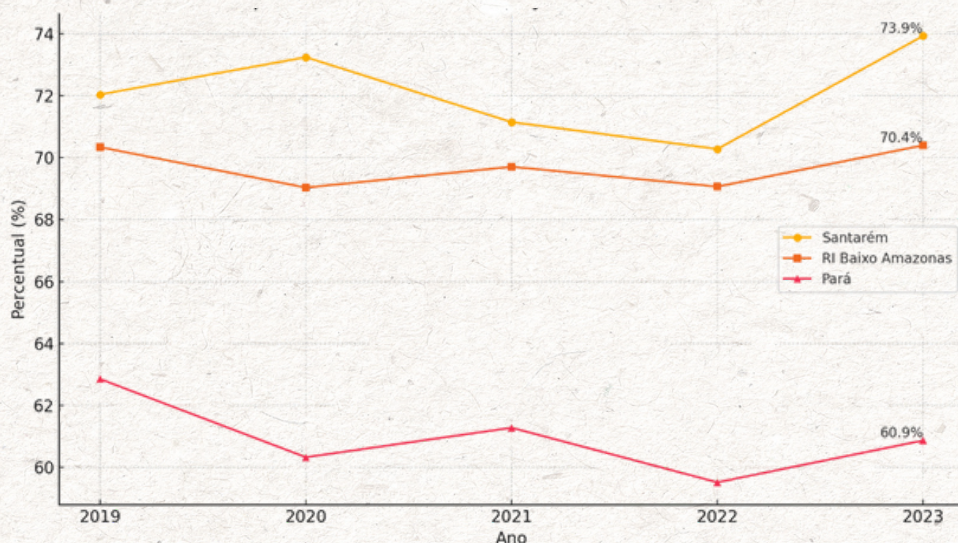
percentuais foram ligeiramente inferiores aos de Santarém, oscilando entre 68,9% (2020) e 70,4% (2023). Apesar da estabilidade aparente, nota-se uma tendência de pequena retração até 2022 (69,1%), seguida de uma retomada em 2023. Essa relativa constância pode indicar limitações estruturais na ampliação dos investimentos públicos na região, ainda que a manutenção de um patamar elevado represente um esforço de continuidade nas políticas públicas essenciais (Gráfico 2).

No estado do Pará, o comportamento é mais modesto

em comparação aos demais recortes. A proporção de gastos com serviços essenciais começou em 62,7% em 2019, caiu para 59,3% em 2022 e subiu ligeiramente para 60,9% em 2023. A trajetória revela uma redução do esforço orçamentário estadual na área social justamente quando a taxa de pobreza atingiu seu ápice, o que pode ter contribuído para a intensidade da crise social em 2022. Ainda que haja uma leve recuperação em 2023, o nível continua abaixo do observado no início do período (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Santarém, a prevalência de crianças nascidas com baixo peso apresentou relativa estabilidade até 2021, oscilando entre 8,4% e 8,6%. No entanto, em 2022, observa-se um salto expressivo para 9,8%, o maior valor da série histórica, com leve redução para 9,5% em 2023. Esse aumento pode estar associado a fatores como agravamento da insegurança alimentar, falhas no pré-natal e desigualdades no acesso à saúde materno-infantil durante e após a pandemia (Gráfico 3).

Na RI Baixo Amazonas, o comportamento foi mais moderado, iniciando com 8,1% em 2019 e caindo levemente até 2020 (7,7%). A partir de 2021, o indicador segue ten-

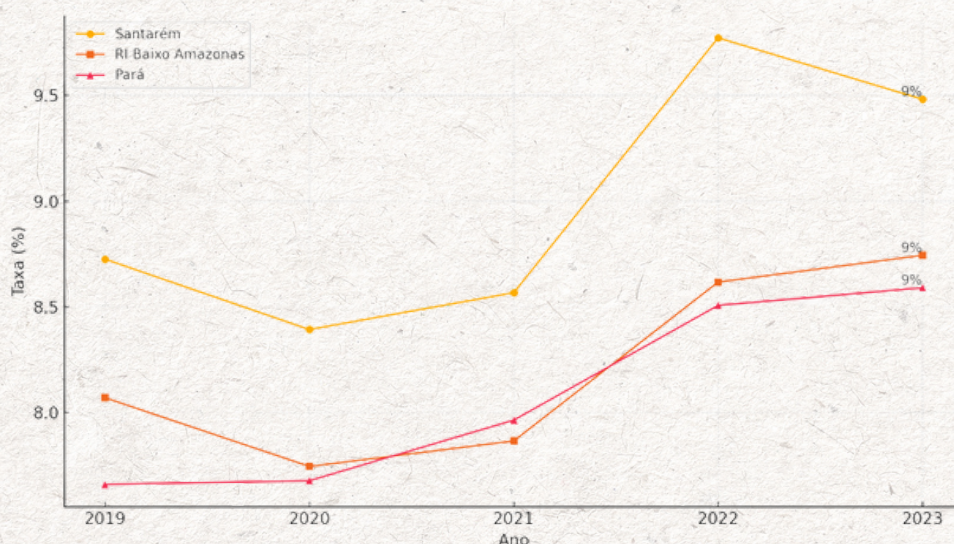
dência de crescimento gradual, chegando a 9% em 2023. Embora o nível final seja inferior ao registrado em Santarém, a curva ascendente reflete preocupação com determinantes sociais e estruturais da saúde perinatal, como saneamento, nutrição e qualidade dos serviços básicos em uma região historicamente vulnerável (Gráfico 3).

No estado do Pará, a prevalência foi a menor entre os três recortes em 2019 e 2020 (7,6%), mas também apresentou elevação constante até atingir 9% em 2023. O crescimento da taxa em todo o estado indica que o fenômeno não se restringe a áreas específicas, mas reflete uma tendência mais ampla, possi-

velmente influenciada pela deterioração das condições de vida das gestantes, carências nutricionais e desestruturação de políticas públicas voltadas à primeira infância (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

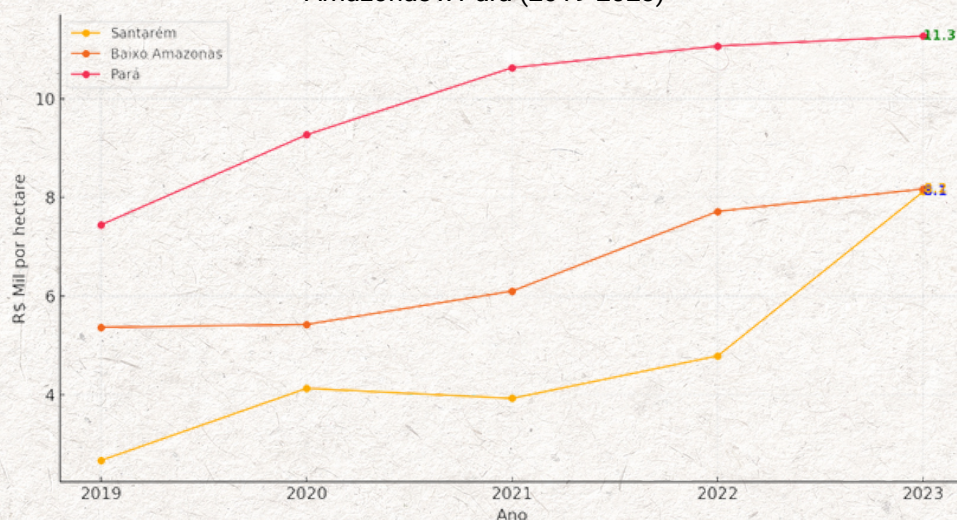
No município de Santarém, a produtividade agrícola apresentou um crescimento relevante ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, o indicador era de aproximadamente R\$ 2,7 mil/hectare, evoluindo de forma gradual até 2022 (R\$ 4,9 mil/hectare), quando ocorre um salto expressivo para R\$ 8,2 mil/hectare em 2023. Esse crescimento pode estar atrelado à introdução de novas tecnologias, ampliação da mecanização agrícola e mudanças no perfil produtivo para culturas mais rentáveis. O salto de 2022 para 2023 em particular evidencia um ano de avanço significativo, possivelmente associado a incentivos locais ou maior integração com ca-

deias agroindustriais (Gráfico 4).

Na RI Baixo Amazonas, observa-se também uma trajetória ascendente, porém mais moderada e contínua. A produtividade cresceu de R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 8,2 mil/hectare em 2023. O crescimento constante sugere melhorias estruturais regionais, como acesso a insumos, escoamento da produção e assistência técnica, embora ainda com variações menos bruscas em comparação ao município de Santarém. O fato de a região ter mantido um ritmo mais estável pode indicar uma base agrícola mais consolidada e menos vulnerável a oscilações abruptas de mercado ou clima (Gráfico 4).

Já o estado do Pará apresenta os maiores valores ao longo da série, com crescimento contínuo e mais acentuado: de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A curva indica não apenas uma melhora na eficiência da produção, mas também uma possível concentração de investimentos e avanços tecnológicos em regiões mais produtivas, que elevam a média estadual. Esse desempenho pode refletir o impacto da expansão do agronegócio, com maior uso de técnicas modernas e profissionalização do setor rural, embora traga o desafio de manter esse crescimento de forma equitativa entre os diversos territórios do estado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

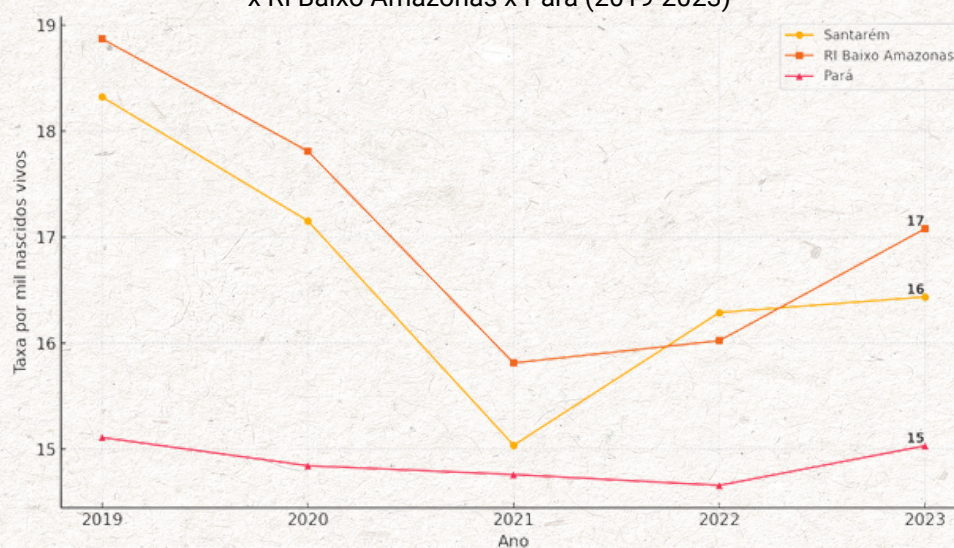
No município de Santarém, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma trajetória de queda entre 2019 (18,3 por mil nascidos vivos) e 2021 (15,1), o que pode refletir melhorias nos serviços de saúde neonatal e nos cuidados com gestantes. No entanto, a partir de 2022, a taxa voltou a crescer, chegando a 16,0 em 2023. Esse aumento recente pode estar associado aos impactos pós-pandemia sobre a rede básica de saúde, com atraso em atendimentos e interrupção de programas de acompanhamento materno-infantil (Gráfico 5).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, com um declínio da taxa de 18,9 em 2019 para 15,8 em 2021, seguido de alta em 2022 e novo salto em 2023, quando atingiu 17,0 por mil nascidos vivos. A oscilação reforça as fragilidades estruturais da região, onde fatores como difícil acesso a unidades de saúde, falta de infraestrutura e carência de profissionais podem comprometer o cuidado integral durante o pré-natal, parto e puerpério (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Por sua vez, o estado do Pará apresenta um comportamento mais estável e com níveis inferiores aos de Santarém e da RI. A taxa cai de 15,1 (2019) para 14,6 (2022), com leve aumento para 15,0 em 2023. Apesar de discreta, essa oscilação indica resiliência relativa do sistema estadual, mas também reforça a desigualdade regional. O fato de Santarém e sua RI manterem taxas mais elevadas que a média estadual aponta para a necessidade de políticas territoriais mais focadas nas regiões interioranas (Gráfico 5).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

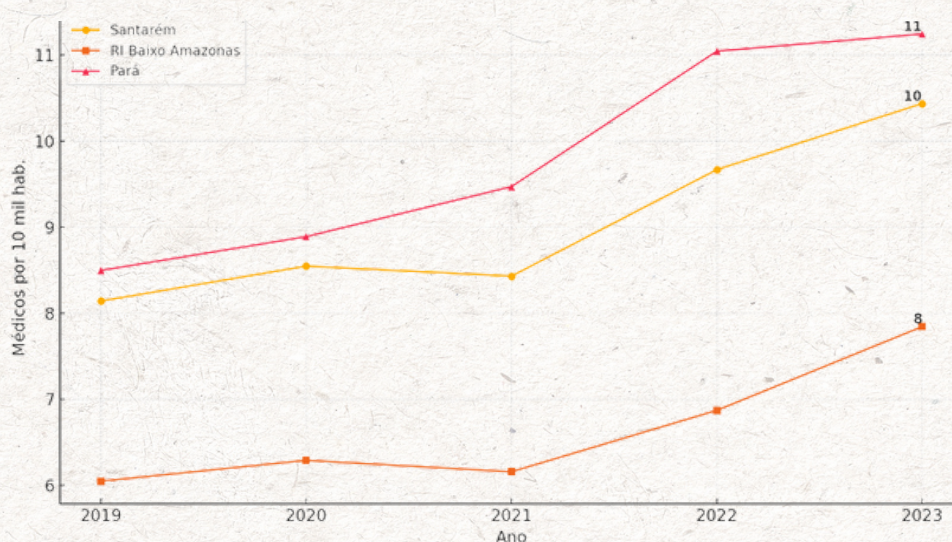
O número de médicos por 10 mil habitantes em Santarém apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2023, partindo de 8,2 para 10,4 médicos por 10 mil hab. Esse aumento indica uma melhoria no acesso a profissionais de saúde e possivelmente reflete políticas de interiorização da medicina e expansão da rede pública, além do crescimento de cursos de medicina e vínculos com programas federais (Gráfico 6).

Na RI Baixo Amazonas, os níveis são os mais baixos dos três recortes analisados, iniciando em 6,0 em 2019 e alcançando 8,0 médicos por 10 mil hab. em 2023. Apesar do crescimento ao longo dos anos, a carência de profissionais ainda é evidente, o que compromete a cobertura assistencial em diversos municípios menores da região. O ritmo de crescimento é positivo, mas insuficiente diante das demandas de saúde locais, sobretudo em áreas remotas (Gráfico 6).



Já no estado do Pará, o avanço é mais expressivo. Em 2019, havia 8,5 médicos por 10 mil hab., número que chegou a 11,2 em 2023. Isso representa um incremento significativo na capacidade do sistema estadual de saúde, ainda que de forma desigual. A média estadual supera os dados de Santarém e da RI, sugerindo que há concentração de profissionais nas regiões metropolitanas, em especial Belém, o que reforça os desequilíbrios territoriais no acesso a serviços de saúde especializados (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

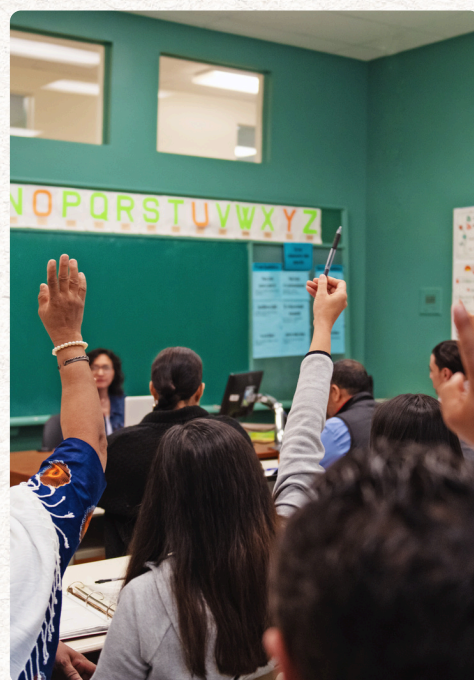
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Santarém, o número de vagas no ensino público por mil habitantes manteve-se estável entre 2019 (256) e 2021 (263), mas sofreu uma queda significativa nos anos seguintes, chegando a 219 vagas por mil habitantes em 2023. Essa retração pode estar relacionada a fatores como o fechamento ou redimensionamento de escolas, redução na oferta de turmas, ou até à queda de demanda populacional escolarizada. O recuo acentuado compromete o potencial de atendimento da rede pública frente às necessidades educacionais da população (Gráfico 7).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os números foram consistentemente mais altos que os do município de Santarém, atingindo cerca de

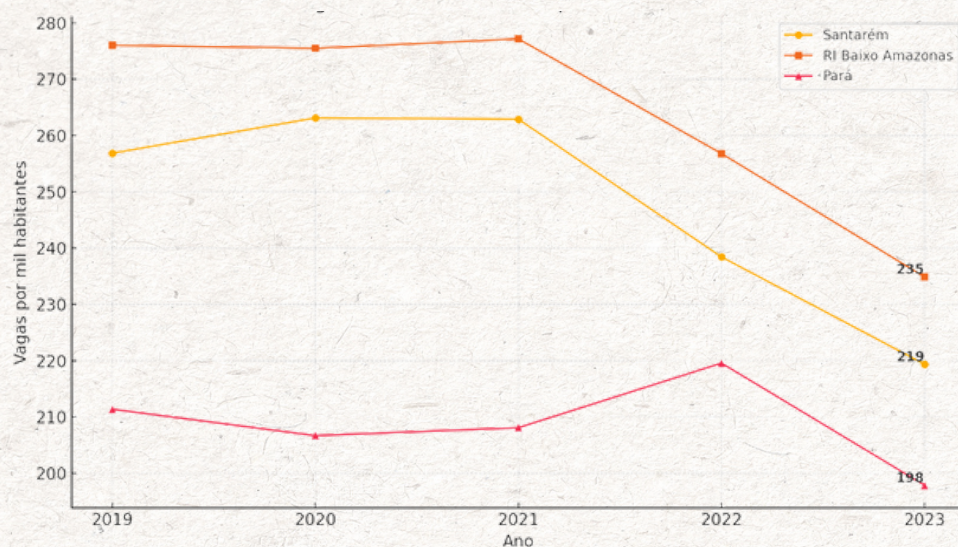
276 vagas por mil habitantes entre 2019 e 2021. Entretanto, assim como no município, a região apresentou forte retração a partir de 2022, encerrando o período com 235 vagas por mil habitantes em 2023. Esse movimento convergente entre município e RI pode indicar uma reestruturação mais ampla da rede pública na região, possivelmente influenciada por restrições orçamentárias ou reorganização das matrículas após a pandemia (Gráfico 7).

O estado do Pará como um todo apresenta os menores valores entre os três recortes, com 211 vagas em 2019 e redução contínua até alcançar 198 vagas por mil habitantes em 2023. Apesar de menos acentuada do que nas demais escalas, a queda es-



tadual revela uma tendência preocupante de redução da capacidade da rede pública. A combinação dessa retração com o aumento populacional pode gerar gargalos no acesso à educação básica, especialmente em regiões periféricas e de difícil acesso (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 219 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

No município de Santarém, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou crescimento consistente ao longo do período. Em 2019, apenas 25,7% das escolas estavam conectadas, valor que subiu gradualmente até alcançar 54,1% em 2023. Esse avanço é significativo e reflete esforços locais de modernização da infraestrutura escolar, especialmente no contexto pós-pandemia, quando a conectividade passou a ser um requisito essencial para atividades pedagógicas híbridas ou remotas (Gráfico 8).

Na Região de Integração Bai-

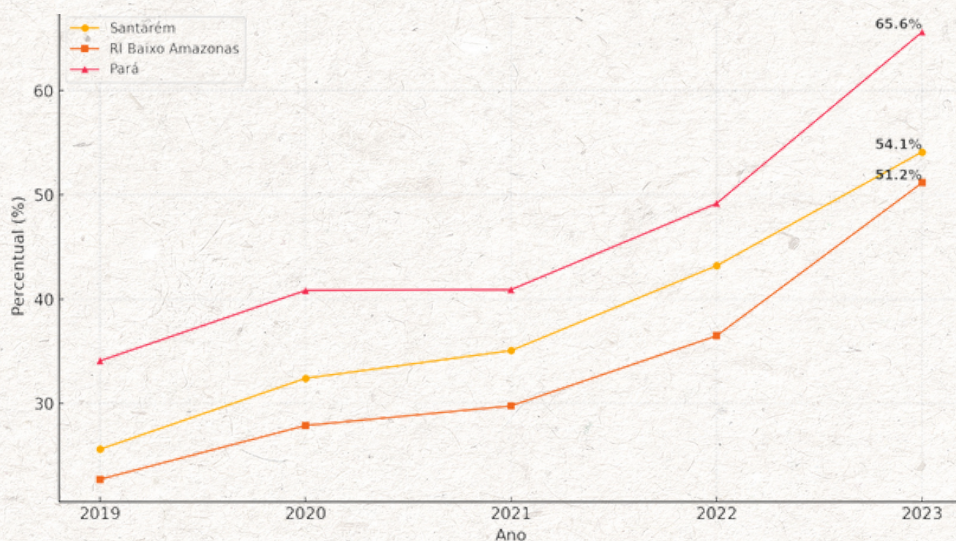
xo Amazonas, observa-se uma evolução semelhante, embora com percentuais ligeiramente inferiores. O indicador partiu de 22,2% em 2019 e avançou para 51,2% em 2023, indicando que mais da metade das escolas da região agora têm algum nível de acesso à internet. Essa melhora contribui para a redução da exclusão digital no ambiente escolar, embora ainda existam disparidades a serem superadas, sobretudo em municípios menores e áreas rurais (Gráfico 8).

O estado do Pará apresentou o desempenho mais expressi-

vo dos três recortes. Em 2019, 34,1% das escolas tinham acesso à internet, número que cresceu de forma mais intensa a partir de 2022, alcançando 65,6% em 2023. Isso pode refletir ações coordenadas em nível estadual para equipar as escolas com infraestrutura digital, como parte de estratégias de recuperação da aprendizagem e inclusão digital. No entanto, ainda há um terço das escolas sem conexão, o que evidencia a necessidade de expansão contínua e equitativa da conectividade educacional (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



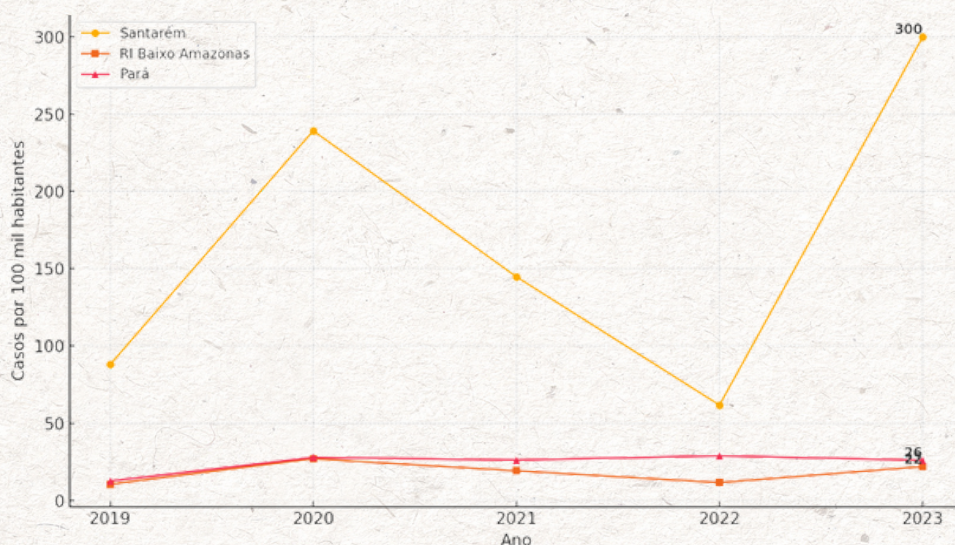
No município de Santarém, a taxa de violência contra a mulher por parceiros apresentou oscilações acentuadas durante o período analisado. Em 2019, o índice era de aproximadamente 90 casos por 100 mil mulheres, crescendo abruptamente para cerca de 240 em 2020. Após uma queda contínua até 2022, quando o índice caiu para 62, observou-se um novo pico expressivo em 2023, atingindo 300 casos por 100 mil mulheres. Essa volatilidade pode refletir tanto a subnotificação em certos períodos quanto a intensificação de registros ou de campanhas de denúncia em outros, além de possíveis agravamentos conjunturais, como os efeitos sociais da pandemia (Gráfico 9).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, a evolução foi menos extrema, mas ainda preocupante. A taxa cresceu de forma moderada entre 2019 e 2020, passando de 13 para 27 casos por 100 mil mulheres, recuando nos anos seguintes para 12 em 2022 e retomando o crescimento em 2023, encerrando o período com 26 casos. Essa instabilidade demonstra que, embora a região registre índices absolutos menores que Santarém, a violência doméstica continua sendo um fenômeno estrutural, sujeito à influência de políticas públicas, canais de denúncia e contextos sociais adversos (Gráfico 9).

No estado do Pará, a tendência foi de crescimento gradual e mais consistente. A taxa passou de cerca de 12 casos por 100 mil mulheres em 2019 para 25 casos em 2023, com elevações moderadas ao longo dos anos. Isso sugere uma maior estabilidade nos registros e, possivelmente, um avanço na estrutura de notificação e visibilidade das violências no território estadual. Ainda assim, o crescimento do indicador alerta para a persistência da violência de gênero, reforçando a necessidade de fortalecimento das políticas de proteção à mulher em nível estadual (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 300 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Santarém, a participação das mulheres em cargos gerenciais manteve-se alta e estável entre 2019 e 2022, oscilando entre 62% e 63%, com pico em 2022 (63,7%). Contudo, em 2023, observou-se uma queda expressiva para 55,1%, o que pode indicar retrocessos nas políticas de equidade de gênero nas esferas pública e/ou privada, ou uma reorganização do mercado de trabalho local que impactou negativamente a presença feminina em posições de liderança (Gráfico 10).

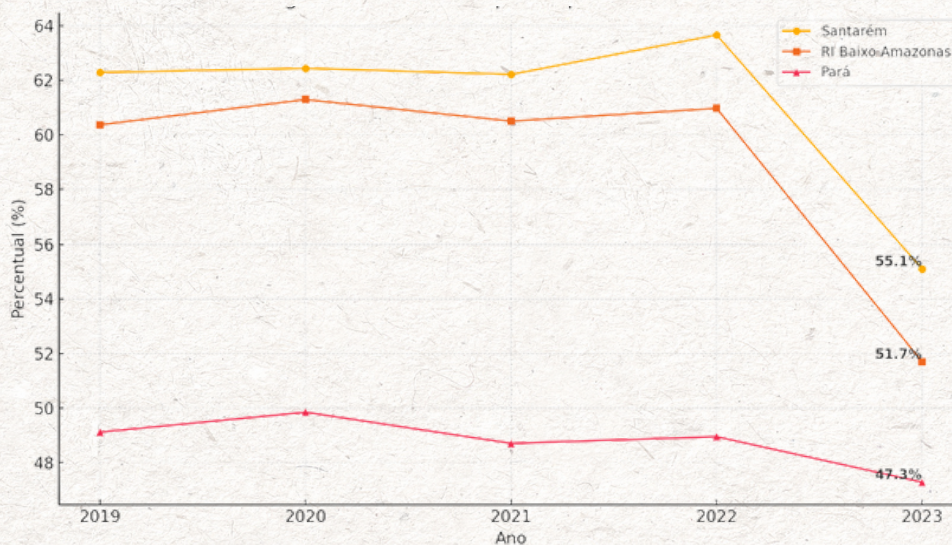


Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi similar. O percentual se manteve próximo a 61% durante os quatro primeiros anos da série, mas caiu significativamente para 51,7% em 2023. Embora o nível ainda esteja acima da média estadual, a redução brusca em um único ano chama atenção para possíveis desigualdades estruturais ou conjunturais que afetaram o acesso das mulheres aos postos de comando e chefia (Gráfico 10).

O estado do Pará apresentou os percentua-

is mais baixos dos três recortes. A taxa variou pouco entre 2019 (49,0%) e 2022 (49,1%), mas caiu para 47,3% em 2023. Esse dado revela uma estrutura menos equilibrada no nível estadual, em que a equidade de gênero nos cargos gerenciais ainda não foi plenamente alcançada. Apesar de menos volátil, o indicador revela a permanência de barreiras para a ascensão profissional feminina e reforça a importância de ações afirmativas para garantir a paridade de gênero no mercado de trabalho e na administração pública (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Santarém, o percentual da população de baixa renda atendida com coleta de esgoto permaneceu estagnado entre 2019 e 2021, variando levemente entre 2,9% e 3,1%. A partir de 2022, observa-se um crescimento mais significativo, atingindo 3,8% em 2023. Apesar da melhora recente, o índice ainda revela uma baixa cobertura para a população vulnerável, evidenciando um desafio histórico na universalização do saneamento, especialmente em áreas periféricas e ocupações informais (Gráfico 11).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os percentuais são ainda mais baixos. O indicador se manteve praticamente inalterado de 2019 a 2021, em torno de 1,5%, e subiu para 2,2% em 2023. A lenta evolução revela a persistência de déficits estruturais e a carência de políticas regionalizadas de saneamento. A baixa cobertura entre os mais pobres é reflexo da combinação entre ausência de investimentos, dificuldades logísticas e baixa prioridade orçamentária para a universalização do

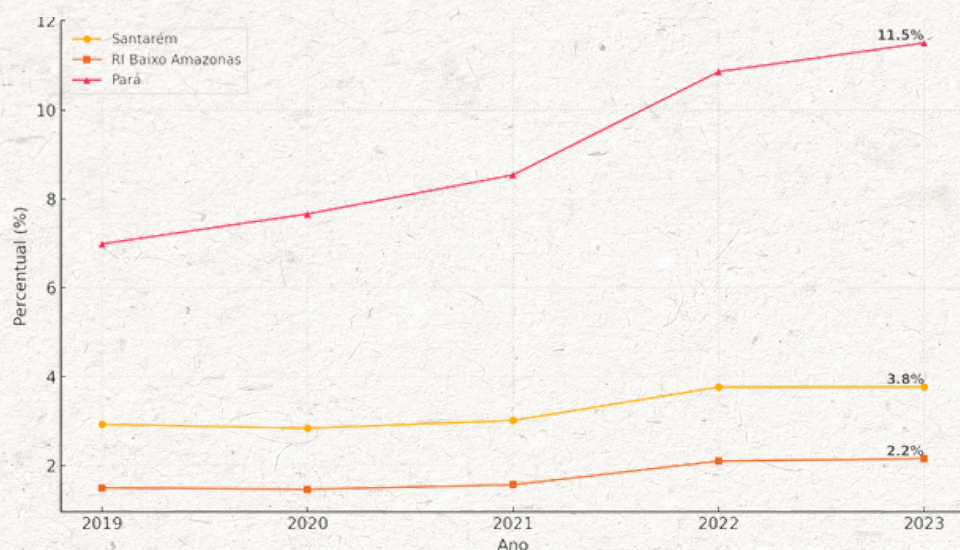
serviço nessa faixa da população (Gráfico 11).

Por outro lado, no estado do Pará, observa-se um crescimento mais expressivo e contínuo. O indicador parte de 7,0% em 2019 e chega a 11,5% em 2023, com aceleração a partir de 2021. Esse avanço aponta para políticas públicas mais robustas em nível estadual ou concentrações urbanas com infraestrutura mais desenvolvida, como em Belém. Ainda assim, mesmo com a melhora, os números mostram que quase 90% da população



de baixa renda segue desassistida por redes de coleta de esgoto, o que tem implicações diretas sobre saúde pública, meio ambiente e dignidade humana (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Santarém, os gastos municipais com saneamento per capita apresentaram forte retração de 2019 (R\$ 37 por habitante) a 2021, quando caíram para apenas R\$ 1. Entre 2022 e 2023, houve leve recuperação, mas o valor ainda é modesto, encerrando em R\$ 7 por habitante. Essa trajetória revela um descompasso entre a demanda reprimida e os recursos efetivamente alocados para expansão e manutenção dos serviços, o que pode explicar os baixos índices de cobertura identificados, especialmente entre a população mais vulnerável (Gráfico 12).

Na RI Baixo Amazonas, a tendência foi parecida, embora com níveis um pouco superiores. Os gastos caíram de R\$ 34 em 2019 para R\$ 9 em 2021, subindo para R\$ 24 por

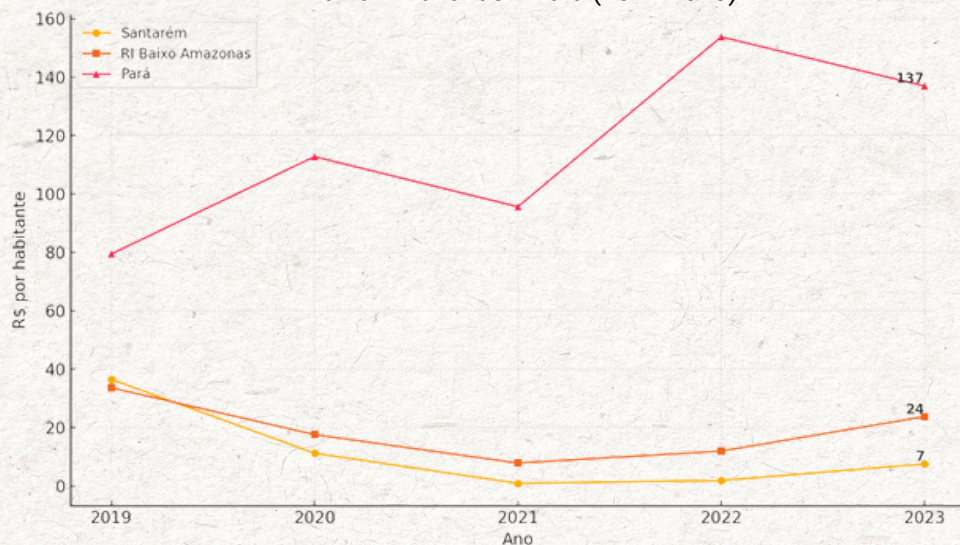
habitante em 2023. A queda inicial pode estar ligada a restrições orçamentárias enfrentadas durante a pandemia e à priorização de outras áreas. A retomada nos últimos dois anos sinaliza esforço de recomposição dos investimentos, mas os valores ainda são insuficientes para sustentar uma política de expansão robusta e contínua da infraestrutura sanitária (Gráfico 12).

O estado do Pará como um todo apresenta uma realidade distinta. Os valores de gasto per capita foram significativamente mais altos em todos os anos, saindo de R\$ 80 em 2019, chegando a um pico de R\$ 152 em 2022, e encerrando 2023 com R\$ 137 por habitante. Esse patamar elevado indica forte atuação estadual no financiamento do setor,

possivelmente em parceria com recursos federais e privados. Contudo, a alta desigualdade entre municípios e regiões torna necessário um maior esforço de descentralização desses investimentos para alcançar territórios como Santarém e o Baixo Amazonas (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Em Santarém, o consumo per capita de energia elétrica manteve uma trajetória de crescimento contínuo, passando de 1.350 kWh/hab. em 2019 para 1.489 kWh/hab. em 2023, mesmo com uma pequena oscilação negativa em 2022. Esse comportamento sugere uma ampliação no acesso à energia, crescimento da atividade econômica e aumento do uso de equipamentos eletroeletrônicos nos domicílios. A estabilidade em patamares elevados indica que o município mantém bons níveis de eletrificação residencial e urbana (Gráfico 13).

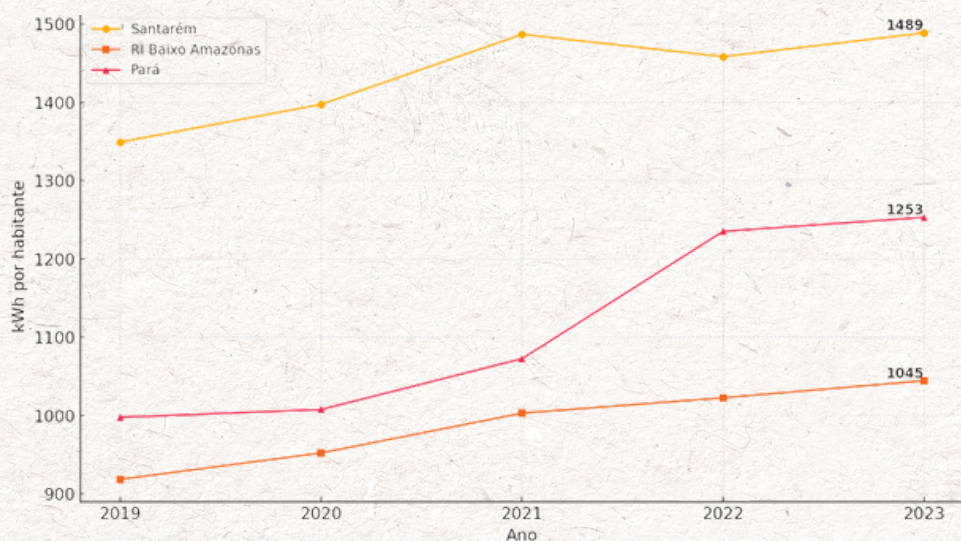
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o consumo também aumentou, embora em níveis inferiores. O indicador partiu de 919 kWh/hab. em 2019 e subiu para 1.045 kWh/hab. em 2023. O crescimento foi consistente ao longo dos anos, indicando melhora progressiva nas condições de abastecimento e integração energética da região. No entanto, o consumo médio ainda se mantém distante dos níveis de Santarém, o que pode refletir desigualdades de infraestrutura elétrica, renda e acesso contínuo à rede entre os municípios da RI (Gráfico 13).

No estado do Pará, observa-se um avanço mais expressivo no consumo de energia elétrica por habitante, especialmente entre 2021 e 2022, quando houve um salto de aproximadamente 1.070 para 1.240 kWh/hab., alcançando 1.253 kWh/hab. em 2023. Essa elevação pode ser atribuída a fatores como aumento da urbanização, expansão de redes elétricas e crescimento do consumo residencial e comercial. Apesar disso, o patamar estadual ainda está abaixo de Santarém, refletindo as desigualdades territoriais no acesso e na qualidade da eletricidade no estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.489 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Santarém, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam fontes fósseis para iluminação caiu progressivamente, passando de 6,4% em 2019 para 4,8% em 2023. Essa queda indica avanços na universalização da energia elétrica, mesmo entre a população em situação de vulnerabilidade, o que é um sinal positivo de inclusão energética. A melhoria gradual pode refletir a ampliação de redes em áreas urbanas precárias ou rurais, e a substituição de fontes poluentes por sistemas mais modernos e seguros (Gráfico 14).

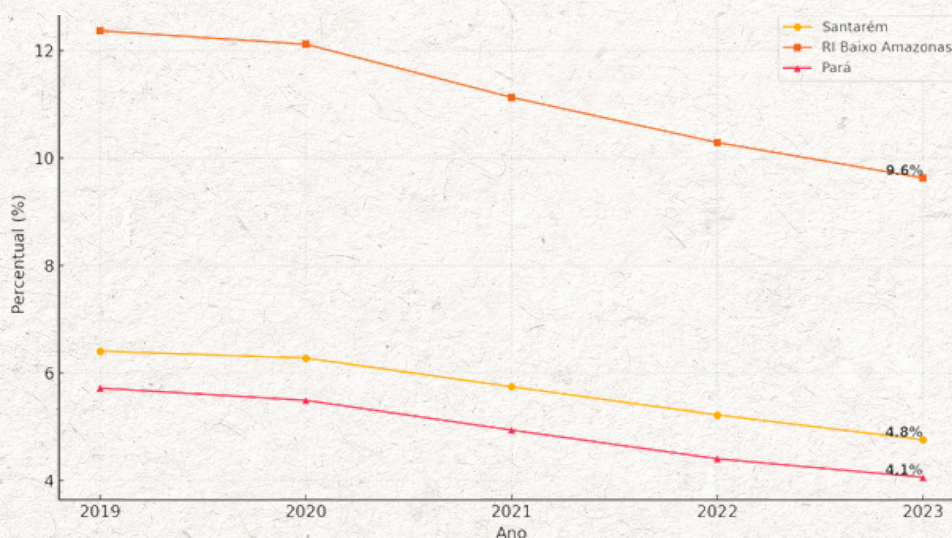


Na RI Baixo Amazonas, os percentuais são os mais altos dos três recortes analisados. O indicador recuou de 12,4% em 2019 para 9,6% em 2023, ainda que mantenha níveis alarmantes. A persistência de uma parcela significativa da população utilizando iluminação fóssil — como lamparinas ou querosene — evidencia deficiências de infraestrutura elétrica em áreas isoladas, rios e comunidades tradicionais. A lenta redução ao longo dos anos mostra que, embora haja avanço, a cobertura da eletrificação nas áreas mais remotas segue como um desafio regional (Gráfico 14).

Já no estado do Pará, o indicador também apresentou queda contínua, de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, consolidando uma tendência positiva. O nível atual é o mais baixo entre os três territórios analisados, o que sugere maior efetividade de políticas públicas de eletrificação rural e inclusão social em nível estadual. Ainda assim, o dado reflete a existência de milhares de domicílios em situação precária de acesso à energia, o que reforça a importância de ações específicas voltadas às populações mais pobres e geograficamente isoladas (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

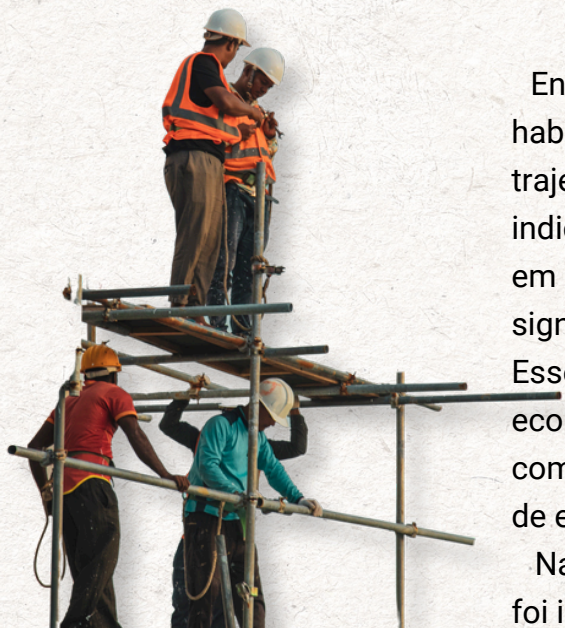
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

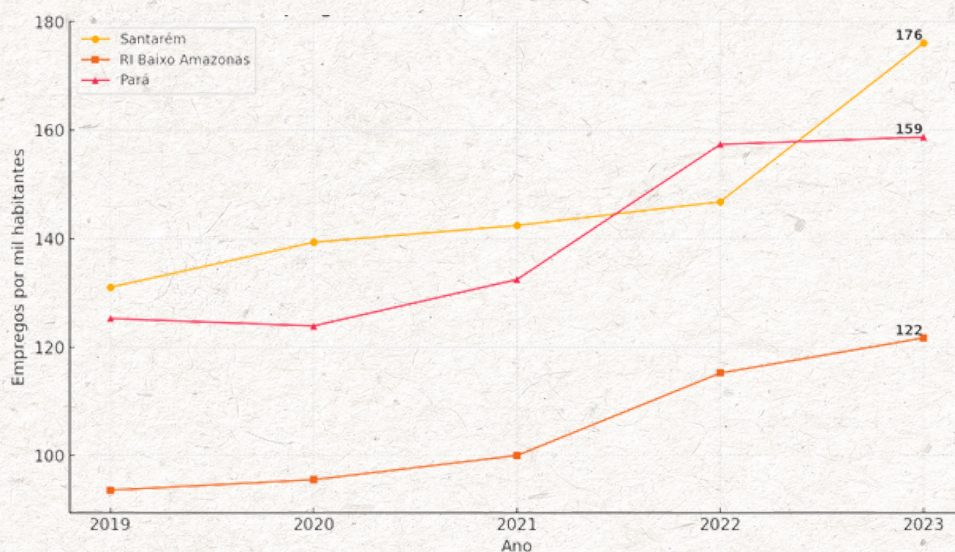
Entre 2019 e 2023, o número de empregos formais por mil habitantes no município de Santarém apresentou uma trajetória de crescimento constante e expressiva. O indicador partiu de 130 empregos formais por mil habitantes em 2019 e atingiu 176 em 2023, evidenciando um avanço significativo na formalização do mercado de trabalho local. Esse comportamento pode estar relacionado à recuperação econômica pós-pandemia, expansão de setores produtivos como comércio e serviços, e ao fortalecimento de políticas de empregabilidade no município (Gráfico 15).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento foi igualmente positivo, embora partindo de um patamar mais baixo. Em 2019, a região registrava 93 empregos formais por mil habitantes, chegando a 122 em 2023. O ritmo de crescimento foi constante, com uma aceleração mais nítida entre 2021 e 2022. Essa tendência indica uma ampliação da inserção formal na região, ainda que a base de comparação revele desafios persistentes em termos de geração de postos de trabalho com carteira assinada, especialmente em áreas mais rurais ou de menor dinamismo econômico (Gráfico 15).

No caso do estado do Pará, observa-se também uma evolução importante, com aumento de 125 para 159 empregos formais por mil habitantes no mesmo período. O crescimento foi mais acentuado entre 2021 e 2022, acompanhando a retomada econômica após os efeitos da pandemia.

Ainda assim, o desempenho de Santarém superou tanto a média estadual quanto a regional em 2023, o que reforça seu papel como polo econômico e de atração de mão de obra qualificada na região oeste do estado. O resultado geral sugere avanços na formalização, mas ainda coexistem assimetrias territoriais que requerem políticas públicas diferenciadas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 176 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



No município de Santarém, o PIB per capita apresentou crescimento entre 2018 (R\$ 16.052) e 2021 (R\$ 20.726), seguido de uma leve retração em 2022, quando o valor caiu para R\$ 19.481 por habitante. Esse comportamento demonstra uma trajetória de avanço econômico até o pico de 2021, possivelmente impulsionado por setores como comércio, serviços e administração pública. A queda recente pode estar relacionada a variações demográficas, desaceleração

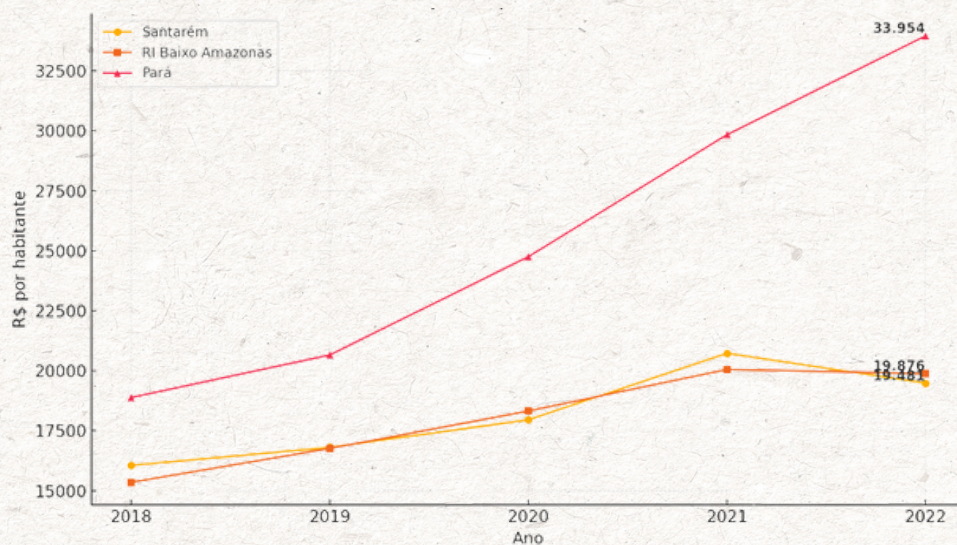
da atividade econômica local ou impacto de choques externos, como a inflação ou a redução do consumo (Gráfico 16).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, com cresci-

mento até 2021 (atingindo R\$ 20.393), seguido por um recuo para R\$ 19.876 em 2022. A proximidade dos valores com Santarém sugere que o município tem forte influência na dinâmica econômica da RI, o que é coerente com seu papel como polo regional. A retração no último ano da série pode indicar fragilidade da base econômica da região ou exposição a oscilações setoriais, como as do extrativismo, agropecuária ou construção civil (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou um crescimento muito mais expressivo no PIB per capita durante todo o período, passando de R\$ 18.924 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Esse salto revela a intensificação de atividades de alto valor agregado, especialmente nos setores de mineração, energia e agro-negócio, que possuem grande peso na economia estadual, embora nem sempre gerem distribuição equitativa da renda. O contraste entre os valores estaduais e os de Santarém e sua RI evidencia a concentração de riqueza em determinados polos econômicos do estado (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19.481/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Santarém, o valor adicionado da indústria como proporção do PIB apresentou pouca variação ao longo do período, oscilando em torno de 9% a 11%, encerrando 2022 com 9,4%. Essa relativa estabilidade em patamares baixos sugere uma economia com fraca participação da indústria de transformação ou de base local. A ausência de um crescimento mais robusto nesse indicador aponta para a continuidade de uma estrutura econômica mais voltada ao setor terciário e à administração pública (Gráfico 17).

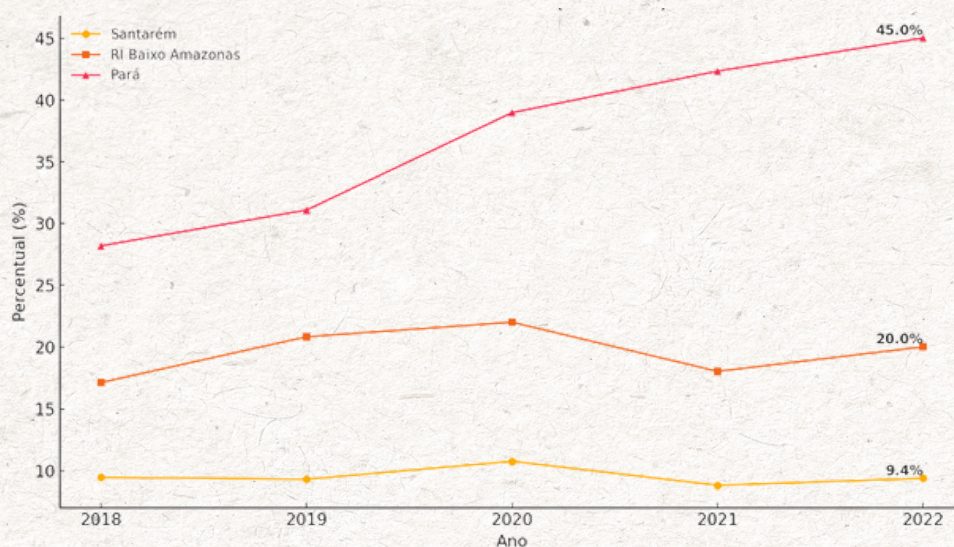
Na Região de Integração Bai-

xo Amazonas, a participação da indústria no PIB foi mais significativa, variando de 17% a 22%, o que demonstra uma base industrial um pouco mais consolidada do que a do município de Santarém. Ainda assim, o indicador revela flutuações ao longo dos anos, como a queda em 2021 (18%) seguida de recuperação para 20% em 2022. Essas oscilações podem refletir a sensibilidade do setor a fatores como demanda externa, políticas de incentivo regional ou gargalos logísticos que afetam a competitividade industrial da região (Gráfico 17).

No estado do Pará, o valor adicionado da indústria cresceu de forma consistente, passando de 28% em 2018 para 45% do PIB em 2022. Esse avanço expressivo evidencia a forte presença da mineração, da indústria extrativa e da transformação voltada à exportação, o que impulsionou a elevação do PIB estadual, como visto anteriormente. A alta dependência desse setor, entretanto, também implica desafios relacionados à sustentabilidade, diversificação produtiva e internalização de benefícios econômicos nos territórios menos industrializados, como Santarém e sua região de influência (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Santarém permaneceu praticamente estável entre 2019 e 2022, oscilando entre 10 e 11 profissionais. No entanto, em 2023, observou-se um salto expressivo, com o indicador alcançando 18 profissionais por 100 mil habitantes. Esse crescimento repentino pode refletir políticas locais de valorização da pesquisa, expansão



de instituições de ensino superior, ou incremento em projetos de ciência e tecnologia no município, rompendo com um padrão de estabilidade anterior (Gráfico 18).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais gradual. O indicador manteve-se estável entre 2019 e 2021, próximo de 10,6, e passou a crescer de

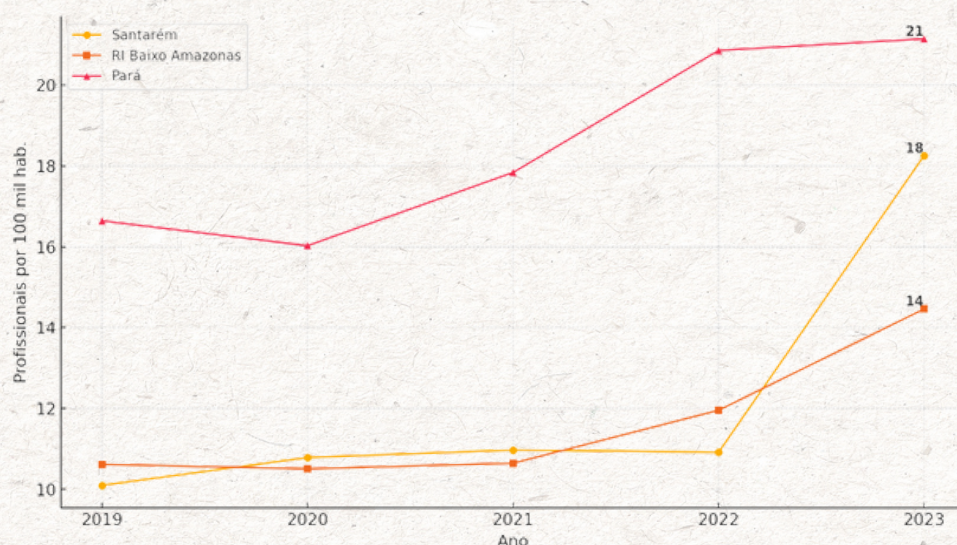
forma mais consistente a partir de 2022, chegando a 14 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse aumento pode ser atribuído à interiorização da produção científica e à consolidação de polos educacionais regionais, embora os níveis ainda estejam abaixo dos verificados em Santarém e na média estadual, refletindo desafios estruturais na formação e retenção de profissionais qualificados na região (Gráfico 18).

No estado do Pará, o crescimento do número de profissionais da ciência foi o mais expressivo e contínuo entre os três recortes territoriais. O indicador partiu de 16,6 em 2019, sofreu uma leve queda em 2020 (16,0), e depois se-



guiu em elevação até atingir 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse avanço pode estar associado à concentração de centros de pesquisa, universidades e programas de incentivo à ciência em polos como Belém, além de políticas estaduais de fomento à inovação. Ainda assim, os dados reforçam a necessidade de ampliar o alcance dessas ações para regiões como o Baixo Amazonas, de modo a reduzir assimetrias territoriais na capacidade científica e tecnológica do estado (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

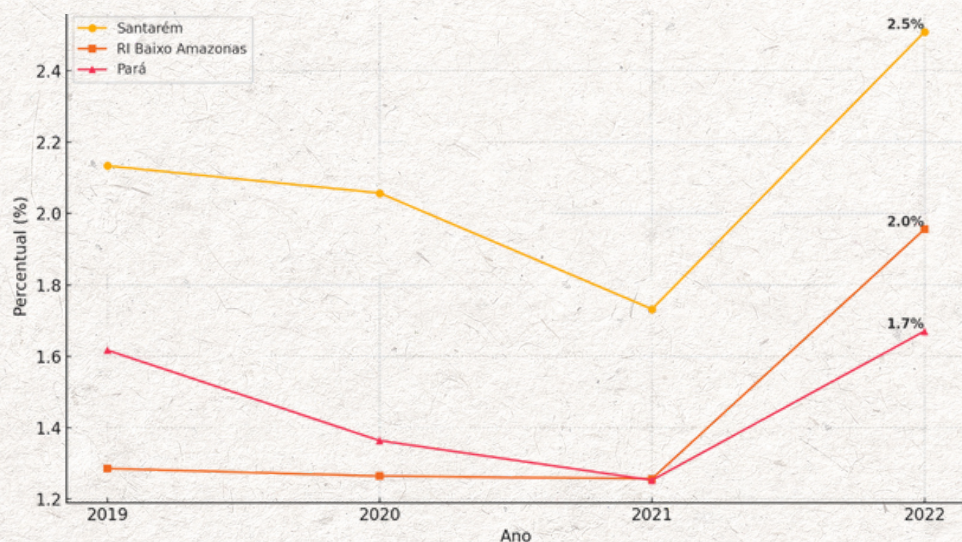
Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Santarém apresentou uma oscilação relevante. Após uma leve queda de 2,14% em 2019 para 2,06% em 2020, o indicador recuou de forma mais acentuada em 2021, atingindo 1,74%, reflexo provável dos impactos econômicos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal. No entanto, em 2022, houve uma forte recuperação, com o índice subindo para 2,5% do PIB, o maior da série. Esse salto pode indicar não apenas a retomada de empregos com carteira assinada, mas também um possível crescimento da remuneração média, refletindo aquecimento econômico local ou valoriza-

ção de determinados setores empregadores (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, porém com percentuais inferiores. O indicador caiu de 1,29% em 2019 para 1,26% em 2021, antes de registrar um avanço significativo em 2022, alcançando 2% do PIB. Esse crescimento expressivo pode apontar para uma disseminação da recuperação do emprego formal em municípios da região, ainda que a base de comparação seja mais baixa. A melhora pode estar associada a investimentos regionais, programas de incentivo à formalização ou expansão de setores como serviços públicos, comércio e agroindústria (Gráfico 19).

No estado do Pará, a trajetória foi mais moderada, iniciando em 1,62% em 2019 e recuando progressivamente até 1,26% em 2021. Em 2022, o indicador subiu para 1,7%, revelando uma retomada mais tímida em relação a Santarém e à RI Baixo Amazonas. Esse desempenho pode estar relacionado à estrutura econômica estadual, fortemente ancorada em setores de alta produtividade e baixa empregabilidade direta, como a mineração, o que reduz a representatividade da massa salarial formal no PIB. A diferença entre os territórios evidencia que regiões como Santarém apresentam maior densidade de vínculos formais com impacto proporcionalmente mais significativo na economia local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

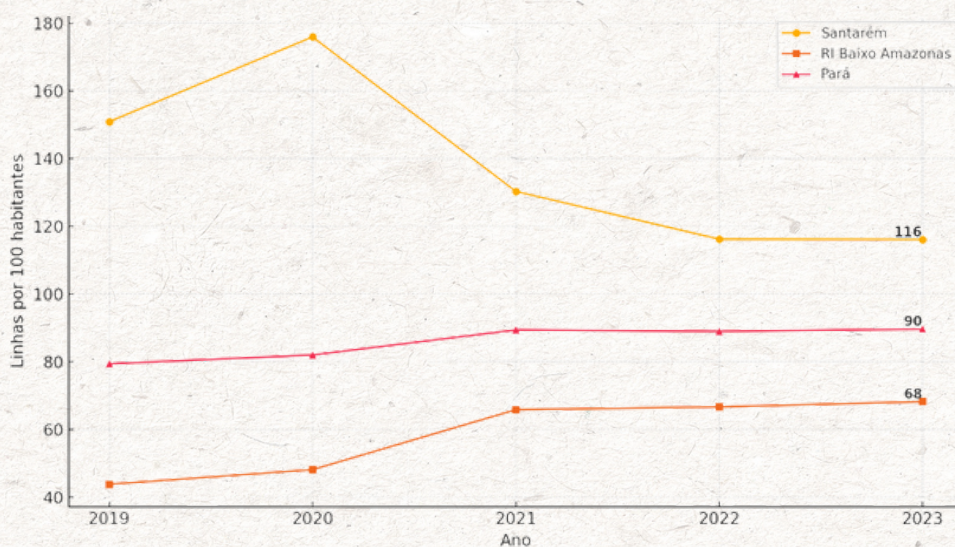
Em Santarém, o acesso à telefonia móvel apresentou um pico expressivo em 2020, com cerca de 176 linhas por 100 habitantes, mas sofreu uma queda brusca nos anos seguintes, encerrando 2023 com 116 linhas por 100 habitantes. A redução pode estar relacionada à racionalização do uso de múltiplas linhas por usuário, substituição por aplicativos de internet e mudanças nos hábitos de consumo após a pandemia. Ainda assim, mesmo com a queda, o município mantém um nível de cobertura superior à média estadual e regional, indicando uma infraestrutura mais consolidada (Gráfico 20).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento foi constante ao longo do período, partindo de cerca de 43 linhas por 100 habitantes em 2019 e alcançando 68 em 2023. Esse avanço progressivo sinaliza uma ampliação gradual do acesso à telefonia móvel na região, provavelmente impulsionada pela interiorização das operadoras e maior inclusão digital. No entanto, os níveis ainda são significativamente inferiores aos de Santarém e do estado, revelando desigualdades territoriais no acesso às tecnologias de comunicação (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

No estado do Pará, o acesso à telefonia móvel também apresentou crescimento, ainda que em ritmo mais lento. O número de linhas subiu de 79 em 2019 para 90 por 100 habitantes em 2023. O leve crescimento pode refletir a estabilização do mercado e a substituição de múltiplas linhas por uma conectividade mais ampla via internet móvel. A curva suave e ascendente sugere um cenário de maturidade tecnológica, embora ainda haja desafios em áreas rurais e comunidades isoladas (Gráfico 20).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 116 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Santarém, os gastos públicos per capita com cultura e gestão ambiental variaram bastante no período. Após subir de R\$ 35 em 2019 para R\$ 42 em 2020, o valor caiu para R\$ 28 em 2021 — possivelmente devido ao redirecionamento de recursos para áreas prioritárias durante a pandemia — e voltou a subir para R\$ 34 em 2023, embora ainda abaixo do pico observado. Essa instabilidade pode indicar falta de regularidade orçamentária ou de políticas contínuas voltadas ao setor cultural e ambiental no município (Gráfico 21).

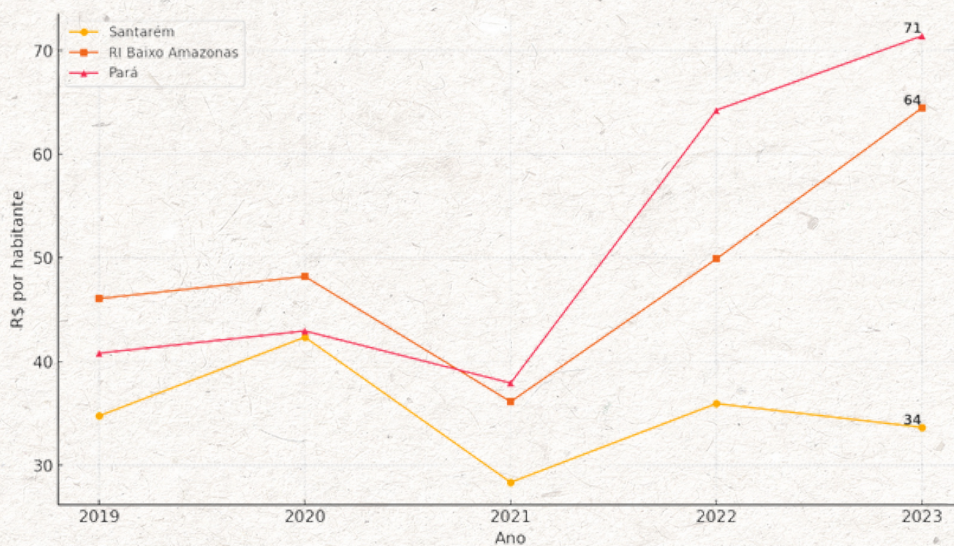
Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi mais consistente e com valores superiores aos de Santarém. O indicador oscilou entre R\$ 45 e R\$ 64 por habitante entre 2019 e 2023, com crescimento expressivo nos dois últimos anos. Esse aumento pode sinalizar um esforço regional de fortalecimento das ações culturais e ambientais, alinhando-se a demandas territoriais específicas e a maior mobilização social por temas ambientais na região amazônica (Gráfico 21).

Já no estado do Pará, a evolução foi ainda mais desta-

cada. A despesa pública per capita passou de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com salto expressivo a partir de 2021. Esse comportamento revela um aumento significativo nos investimentos estaduais nessas áreas, possivelmente impulsionado por políticas estratégicas voltadas à valorização cultural, proteção ambiental e cumprimento de compromissos ligados à sustentabilidade. O patamar atingido destaca o Pará como referência em priorização orçamentária desses temas no contexto amazônico (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



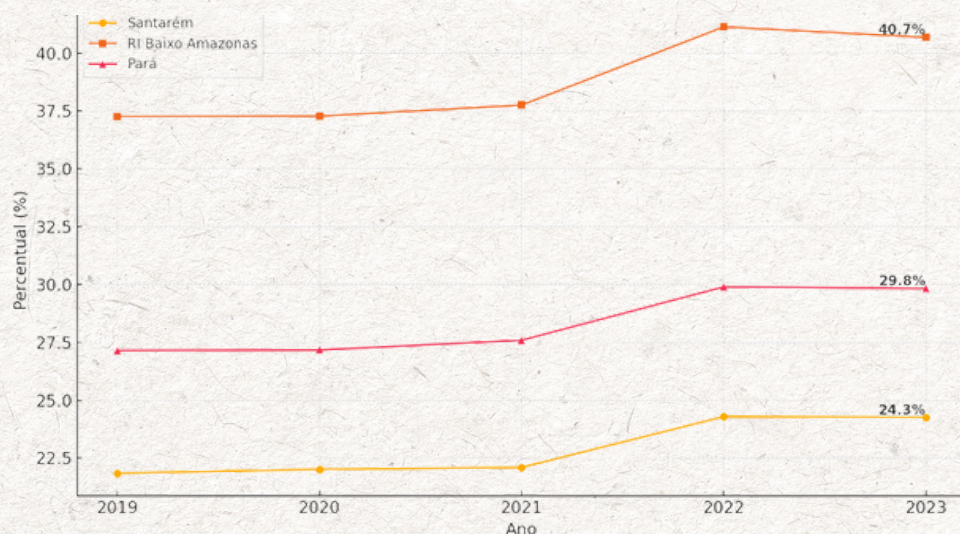
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Santarém, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o lixo apresentou leve estabilidade entre 2019 e 2021, girando em torno de 21,7%, mas registrou um aumento a partir de 2022, chegando a 24,3% em 2023. Essa elevação aponta para uma piora nas condições de destinação final de resíduos sólidos entre a população mais vulnerável, sugerindo ausência de coleta regular em áreas periféricas ou crescimento de ocupações informais sem cobertura por serviços público (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o índice é significativamente mais elevado em comparação a Santarém, e manteve-se em trajetória de crescimento ao longo do período. O percentual passou de 37,4% em 2019 para 40,7% em 2023, revelando um agravamento nas condições ambientais e de saúde pública entre a população de baixa renda da região. A persistência de níveis tão altos indica a fragilidade das políticas regionais de saneamento e gestão de resíduos, especialmente nos pequenos municípios do interior (Gráfico 22).

Já no estado do Pará, os valores também apresentaram crescimento, passando de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. Ainda que o aumento tenha sido mais contido que nas demais regiões, os dados indicam que quase um terço da população de baixa renda ainda recorre a práticas inadequadas para descarte de resíduos. Isso reflete tanto falhas na infraestrutura de coleta como a dificuldade de inclusão de populações vulneráveis em sistemas formais de saneamento e limpeza urbana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

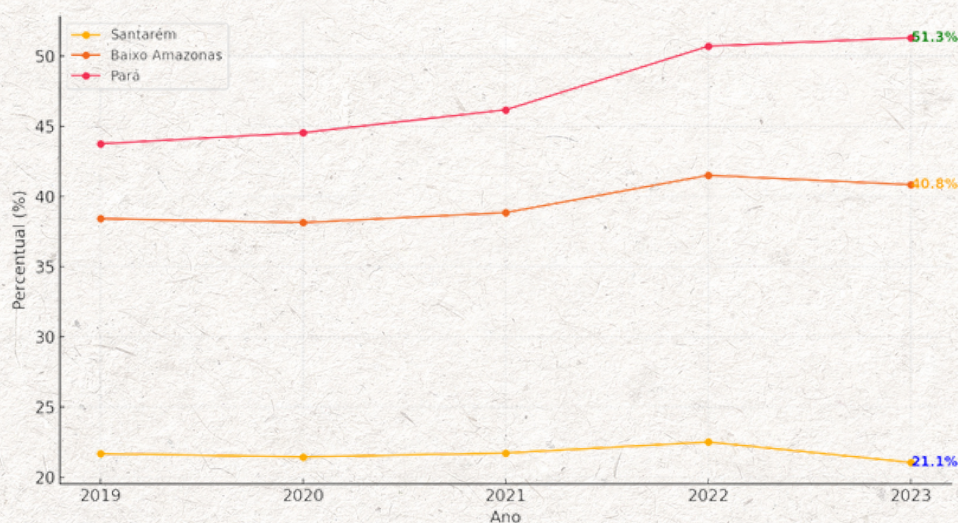
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Santarém, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar manteve-se relativamente estável ao longo dos anos, oscilando entre 21,5% e 22,5% entre 2019 e 2022, com queda para 21,1% em 2023. Apesar de permanecer abaixo da média estadual e regional, o indicador ainda aponta para uma parcela significativa da população vivendo sem acesso a soluções adequadas de esgotamento sanitário, o que compromete a qualidade ambiental e a saúde pública em comunidades de menor renda (Gráfico 23).

Na RI Baixo Amazonas, a proporção é bem mais alta e oscilou levemente no período, saindo de 38,6% em 2019 e atingindo 40,8% em 2023. Esse patamar elevado revela que o uso de fossas rudimentares segue como uma prática comum entre famílias de baixa renda na região, em especial em zonas rurais e bairros periféricos sem cobertura por redes de esgoto. A persistência desses índices aponta para a ausência de investimentos estruturantes e permanência de uma realidade sanitária precária no interior (Gráfico 23).

Já no estado do Pará, o percentual foi o mais alto entre os três recortes analisados, crescendo de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Mais da metade da população de baixa renda ainda depende de sistemas de esgotamento precários e insalubres. Esse cenário evidencia a urgência de políticas públicas estaduais mais incisivas e focalizadas para ampliar o acesso a redes coletoras de esgoto e soluções adequadas, sobretudo em áreas de vulnerabilidade social e ambiental (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



Em Santarém, os gastos per capita com prevenção de desastres oscilaram consideravelmente ao longo do período. O município iniciou 2019 com R\$ 232 por habitante, alcançando um pico de R\$ 317 em 2020, o que pode ter refletido investimentos emergenciais ligados à resposta a eventos climáticos ou sanitários. No entanto, entre 2021 e 2022 houve uma queda significativa, com o valor chegando a apenas R\$ 211, recuperando-se levemente para R\$ 220 em 2023. Essa volatilidade pode apontar para ausência de planejamento

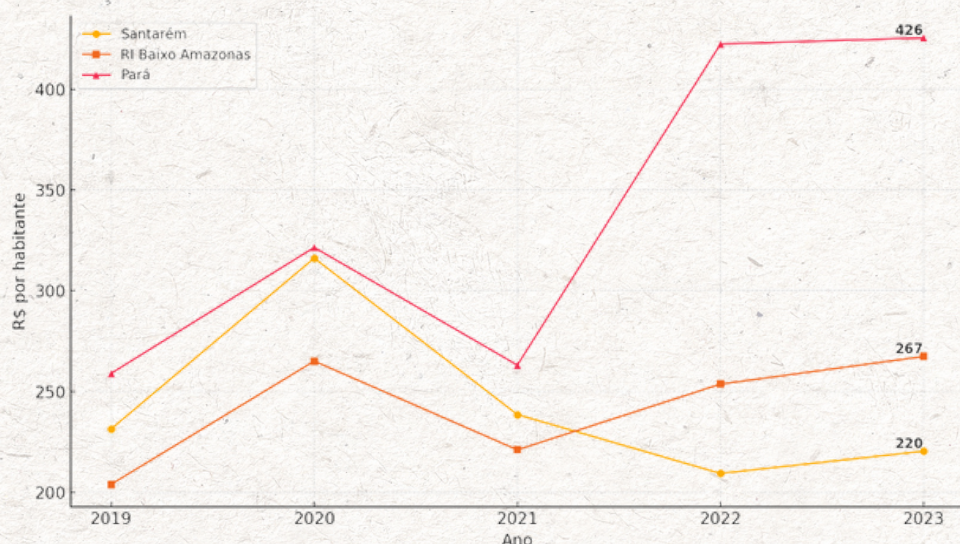
plurianual consistente ou alterações na prioridade orçamentária local (Gráfico 24).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os gastos per capita também apresentaram variações, porém com uma tendência mais ascendente. O indicador passou de R\$ 202 em 2019 para R\$ 267 em 2023, com alta mais expressiva entre 2021 e 2023. Isso pode sinalizar uma maior conscientização regional sobre os riscos associados a eventos extremos (como enchentes, secas e erosões), especialmente em áreas ribeirinhas e vulneráveis, o que te-

ria motivado o fortalecimento de ações de prevenção em vários municípios da RI (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos foram os mais elevados entre os três recortes, iniciando em R\$ 259 por habitante em 2019 e alcançando R\$ 426 em 2023, com destaque para o salto observado a partir de 2022. Esse comportamento indica a adoção de políticas estaduais robustas de prevenção a desastres, provavelmente ligadas à gestão de riscos hidrológicos, queimadas e degradação ambiental. O crescimento sustentado também pode refletir a ampliação de repasses federais ou ações estratégicas do governo estadual frente à intensificação das mudanças climáticas na região amazônica (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 220/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Santarém, a despesa per capita com preservação aquática iniciou em R\$ 104 em 2019, alcançou R\$ 139 em 2020 e caiu para R\$ 67 em 2022, com recuperação significativa em 2023, quando atingiu R\$ 175 por habitante. Essa trajetória demonstra um comportamento instável, ainda que a retomada recente aponte para possível renovação de programas ou investimentos voltados à proteção de rios, lagos e áreas úmidas – recursos naturais fundamentais para o modo de vida e a economia local, fortemente dependente da dinâmica fluvial (Gráfico 25).

Na Região de Integração Bai-

xo Amazonas, o indicador apresentou crescimento contínuo, especialmente entre 2022 e 2023, saltando de R\$ 165 para R\$ 387 por habitante. Esse aumento expressivo pode estar associado a ações conjuntas ou consorciadas entre municípios voltadas à proteção de mananciais, controle de poluição hídrica e manejo sustentável dos recursos pesqueiros. A região, com forte presença de comunidades tradicionais e áreas ambientalmente

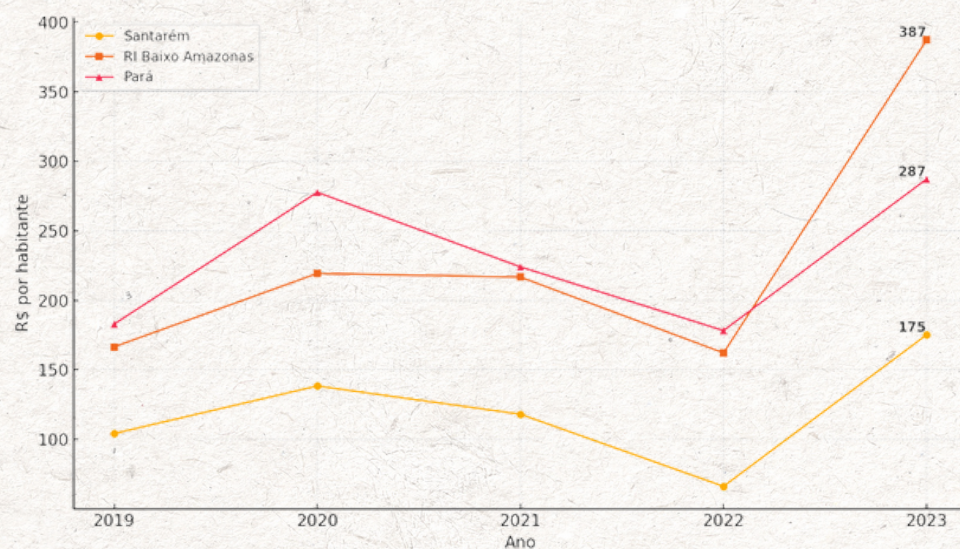
te sensíveis, tem razões estratégicas para elevar seus investimentos nessa área (Gráfico 25).

No estado do Pará, as despesas com preservação aquática também foram significativas, saindo de R\$ 186 em 2019 para R\$ 287 por habitante em 2023, com variações intermediárias ao longo do período. O pico em 2020 (R\$ 280) e a retomada recente indicam esforço estadual contínuo para consolidar políticas



ambientais voltadas aos ecossistemas aquáticos, especialmente frente à pressão crescente sobre os recursos hídricos amazônicos. Tais investimentos são estratégicos não apenas para o meio ambiente, mas também para o abastecimento humano, agricultura e segurança alimentar das populações mais vulneráveis (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 175/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Santarém, o percentual da área coberta por floresta apresentou leve declínio entre 2019 (73,8%) e 2020 (72,5%), seguido por uma queda acentuada em 2021, atingindo o ponto mais baixo da série, com apenas 53,6%. No entanto, nos dois anos seguintes houve uma recuperação significativa, retornando para 72,7% em 2023, praticamente o mesmo nível de 2019. Essa oscilação pode indicar falhas ou retrocessos temporários na preservação ambiental, compensados por esforços de recomposição florestal, recategorização de áreas protegidas ou atualização de dados de sensoriamento remoto (Gráfico 26).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o percentual da

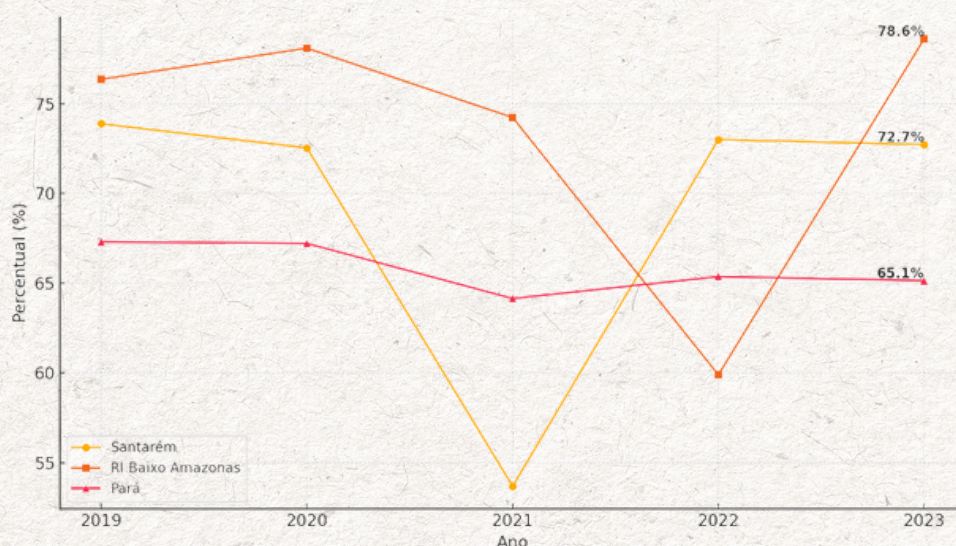
área de floresta foi o mais elevado entre os três recortes e manteve-se relativamente alto entre 2019 e 2021 (acima de 74%), mas apresentou uma queda expressiva em 2022, chegando a 60%. Contudo, em 2023 o indicador se recuperou abruptamente para 78,6%, o maior valor da série. Tal com-



portamento pode estar relacionado a revisões metodológicas, recomposição natural ou ações de reflorestamento e monitoramento regional, refletindo a relevância da região para a cobertura vegetal da Amazônia (Gráfico 26).

No caso do estado do Pará, o indicador manteve certa estabilidade no período, variando entre 64,2% e 67,1%, o que demonstra um equilíbrio tênue entre conservação e uso econômico da terra. Apesar de oscilações modestas, a ligeira elevação do índice em 2023 pode sinalizar uma reversão temporária na tendência de perda florestal, mas que ainda exige cautela, dado o histórico de desmatamento associado a atividades como a agropecuária extensiva, garimpo e grilagem de terras (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Santarém, o percentual da área desmatada cresceu de forma contínua entre 2019 (27,1%) e 2022 (28,6%), indicando um aumento constante da pressão sobre os ecossistemas naturais. No entanto, o cenário mudou em 2023, com redução expressiva para 18,1%, sugerindo interrupção em ciclos de desmatamento, possivelmente por ação de fiscalização ambiental ou mudança na dinâmica do uso da terra. Esse recuo pode estar vinculado a políticas mais restritivas ou a atualização técnica nos sistemas de monitoramento geoespacial (Gráfico 27).

Na RI Baixo Amazonas, o percentual de área desmatada permaneceu estável em torno de 6,6% entre 2019 e 2021,

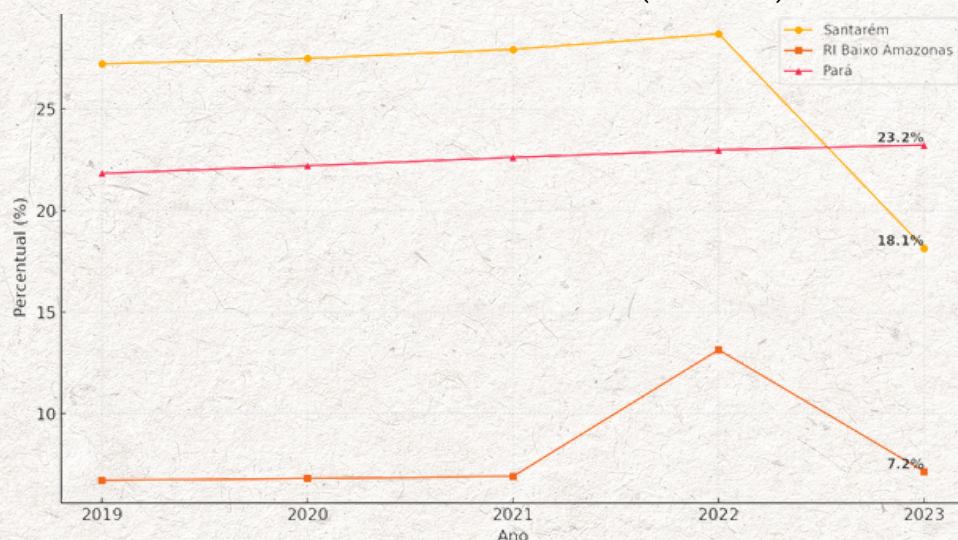
mas apresentou um salto preocupante em 2022, alcançando 13,2%. Em 2023, contudo, o índice caiu para 7,2%, retomando os patamares anteriores. Essa oscilação sugere episódios pontuais de pressão antrópica mais intensa, seguidos por contenção ou reversão de áreas degradadas. A rápida recuperação também pode indicar respostas eficazes de controle ambiental regional frente ao desmatamento (Gráfico 27).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento contínuo do percentual de área desmatada, de 21,9% em 2019 para 23,2% em 2023. Apesar do crescimento moderado, o dado reflete uma tendência persistente de conversão de áreas florestais, que compro-

mete o equilíbrio ambiental e contribui significativamente para as emissões de gases de efeito estufa. A elevação no percentual reforça a urgência de políticas públicas mais efetivas, aliadas à responsabilização dos infratores e à valorização econômica da floresta em pé (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

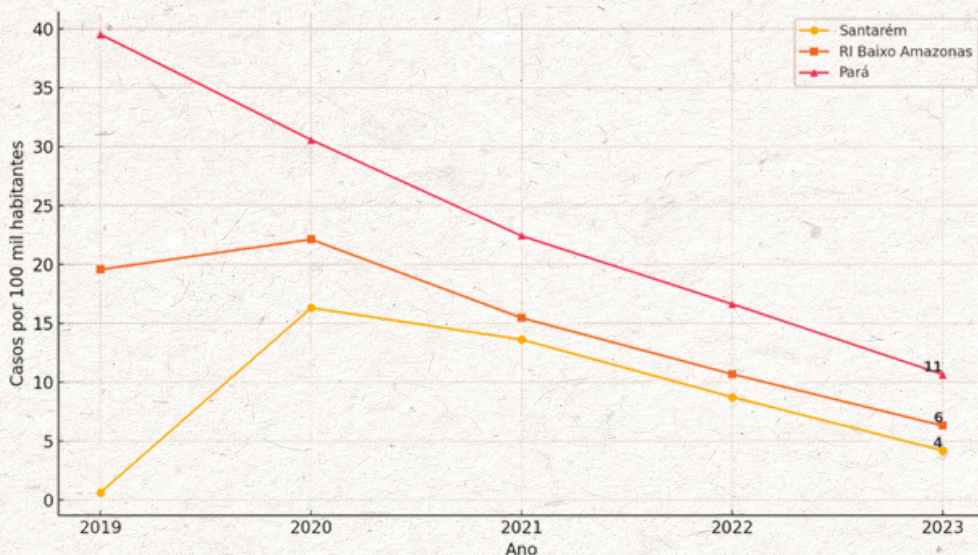
No município de Santarém, o trabalho infantil teve um aumento inicial de 2019 (1 caso por 100 mil habitantes) para 2020 (16,3), seguido por uma redução gradual até atingir 4 casos por 100 mil habitantes em 2023. Essa trajetória pode refletir inicialmente os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19, que forçaram muitas famílias a recorrerem ao trabalho infantil como forma de sobrevivência. A posterior queda pode ser resultado de políticas de assistência social, fiscalização e campanhas educativas no período pós-pandêmico (Gráfico 28).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador começou em 19,8 casos em 2019, teve um leve aumento em 2020 (22,2) e, a partir de 2021, iniciou uma queda contínua até atingir 6 casos por 100 mil habitantes em 2023. A redução consistente ao longo dos últimos anos pode indicar avanços na atuação dos conselhos tutelares, programas de transferência de renda e aumento do acesso à escola, embora a presença do fenômeno ainda sinalize desafios em municípios menores da região (Gráfico 28).



No estado do Pará, o número de casos por 100 mil habitantes era o mais alto entre os três recortes, com 39,4 em 2019, caindo ano a ano até atingir 11 casos em 2023. A tendência de queda é expressiva e sinaliza avanço na eliminação do trabalho infantil, ainda que o patamar de 2023 continue elevado se comparado a níveis ideais. A magnitude inicial do problema aponta para um desafio estrutural, possivelmente agravado por desigualdades regionais, que exigiu esforços coordenados entre órgãos de proteção e políticas públicas voltadas à infância e adolescência (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Santarém, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes oscilou ao longo do período, partindo de 20,1 em 2019, caindo para 16,2 em 2020 e voltando a subir para 21,0 em 2023, o maior valor da série. Essa flutuação pode estar ligada a fatores como reestruturações no policiamento, alterações nos padrões de violência urbana e conflitos localizados. A elevação mais recente pode indicar recrudesimento da violência em determinadas áreas, exigindo atenção das autoridades de segurança pública (Gráfico 29).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a taxa apresentou comportamento mais estável e em níveis inferiores aos de Santarém. Após registrar 16,3 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, o indicador caiu para 11,4 em 2020 e, apesar de pequenas oscilações, manteve-se relativamente controlado, encerrando 2023 com 13 homicídios por 100 mil habitantes. Esse desempenho sugere maior eficácia no controle da violência em parte dos municípios da RI, embora ainda haja necessidade de consolidar po-

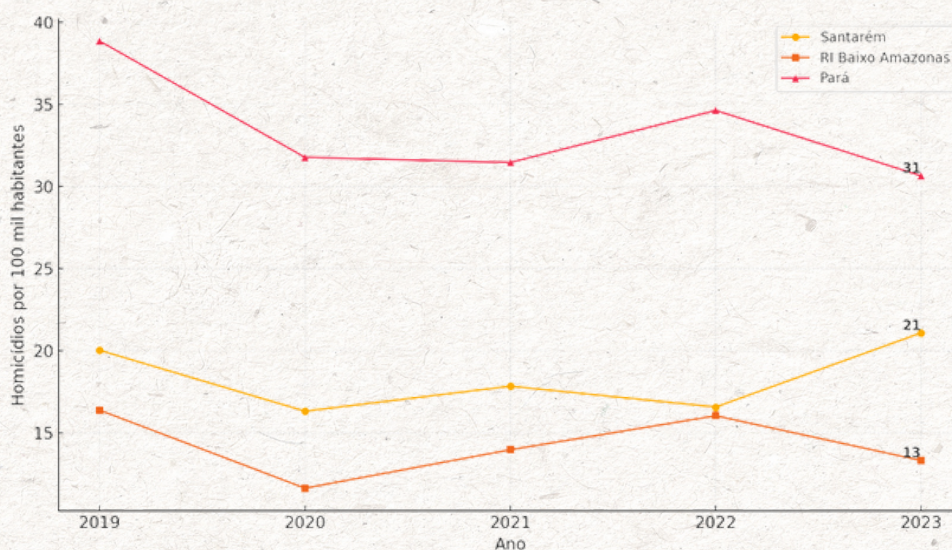
líticas preventivas (Gráfico 29).

Já no estado do Pará, os índices de homicídio mantiveram-se persistentemente elevados, com 38,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 31,0 em 2023. Apesar da queda, o estado ainda apresenta uma das taxas mais altas do país, evidenciando que a violência letal continua sendo um dos maiores problemas sociais e de segurança. O recuo observado pode estar associado a ações de repressão qualificada, inteligência policial e investimentos na estrutura de

segurança pública, mas os números ainda indicam alto risco à vida em diversos territórios paraenses (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



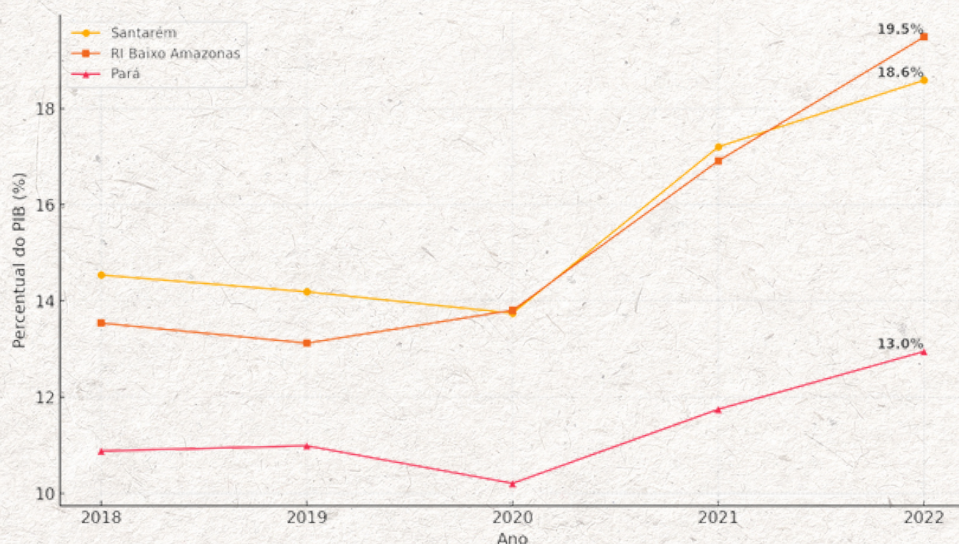
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, o município de Santarém apresentou um comportamento relativamente estável no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB, com uma leve queda de 14,5% para 13,8%. Esse cenário pode indicar contenção de despesas ou crescimento proporcional do PIB municipal em relação aos gastos, mantendo um padrão de comprometimento fiscal equilibrado. Contudo, a partir de 2021, observa-se um salto expressivo, com o percentual subindo para 17,2% e atingindo 18,6% em 2022, o que pode estar associado ao aumento de investimentos públicos para recuperação pós-pandemia ou à desaceleração da economia local, elevando o peso relativo do gasto no PIB (Gráfico 30).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi similar à de Santarém, com queda entre 2018 (13,5%) e 2019 (13,1%), seguida de leve recuperação em 2020 e crescimento acelerado nos dois anos subsequentes, alcançando 19,5% em 2022, ultrapassando inclusive os níveis do município-sede. Esse comportamento pode refletir maior esforço fiscal em diversos municípios da RI, especialmente para manter serviços essenciais em meio a choques econômicos e sociais. O avanço contínuo pode também apontar para uma elevação na participação dos gastos públicos nas economias locais, especialmente onde o setor público é o principal indutor de atividade (Gráfico 30).

No caso do estado do Pará, o indicador apresentou os menores percentuais entre os três recortes, iniciando em 10,9% em 2018 e caindo levemente em 2020 para 10,2%. A partir de 2021, no entanto, também houve crescimento expressivo, com o índice chegando a 13% em 2022. Ainda que o patamar permaneça inferior ao de Santarém e da RI Baixo Amazonas, a tendência indica expansão do peso relativo das despesas públicas municipais no contexto estadual. Esse movimento pode sinalizar tanto uma ampliação dos gastos nos municípios quanto uma desaceleração no crescimento econômico regional, o que aumenta proporcionalmente a relevância do setor público na composição do PIB (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

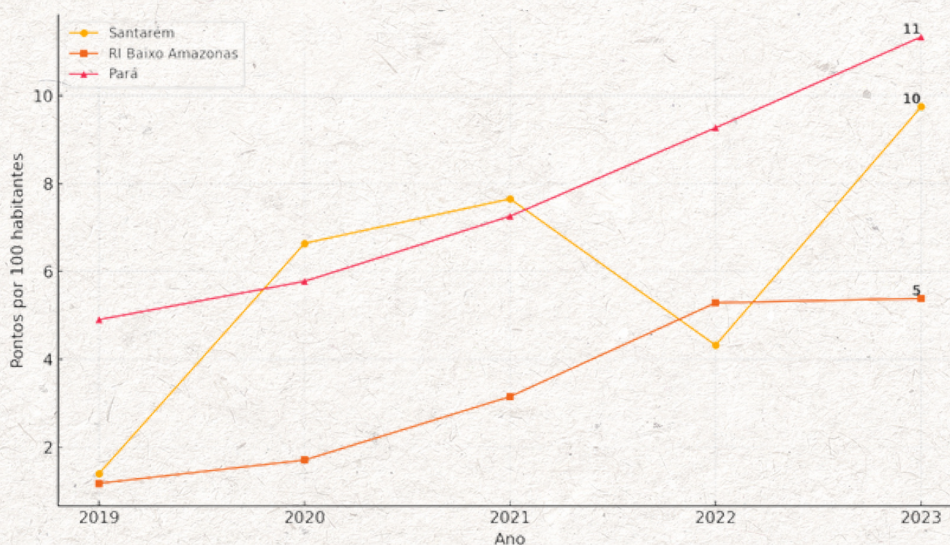
Entre 2019 e 2023, o município de Santarém apresentou um crescimento considerável na taxa de acesso à banda larga fixa, iniciando em 1,3 ponto por 100 habitantes e alcançando 10 pontos em 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2019 e 2020, seguido por uma leve elevação até 2021. No entanto, em 2022 houve um recuo abrupto para 4,3 pontos, possivelmente relacionado a fatores técnicos, econômicos ou metodológicos, antes de uma retomada robusta em 2023. Esse comportamento revela avanços significativos na conectividade, embora a oscilação em 2022 aponte para vulnerabilidades na infraestrutura ou variações nos dados

de cobertura (Gráfico 31).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador partiu de um patamar ainda mais baixo (1,1 ponto em 2019) e teve um crescimento mais lento, atingindo 5,2 pontos por 100 habitantes em 2023. A curva ascendente foi contínua e sem recuos ao longo do período, o que demonstra avanços consistentes, embora em ritmo moderado. A ampliação do acesso na região pode estar ligada a programas federais e estaduais de inclusão digital e à expansão gradual do mercado de provedores locais, ainda que desigualdades persistam entre os municípios da RI (Gráfico 31).

Já no estado do Pará, o desempenho foi o mais sólido entre os três recortes. O indicador cresceu de forma contínua, partindo de 4,9 pontos em 2019 e chegando a 11 pontos por 100 habitantes em 2023. O avanço constante e sem interrupções sugere uma política estadual mais estruturada ou maior capacidade de investimento privado na expansão da infraestrutura de telecomunicações. Ainda assim, o índice mostra que, apesar do progresso, a banda larga fixa ainda está longe de ser universalizada, indicando a necessidade de estratégias voltadas à interiorização e à acessibilidade econômica do serviço (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

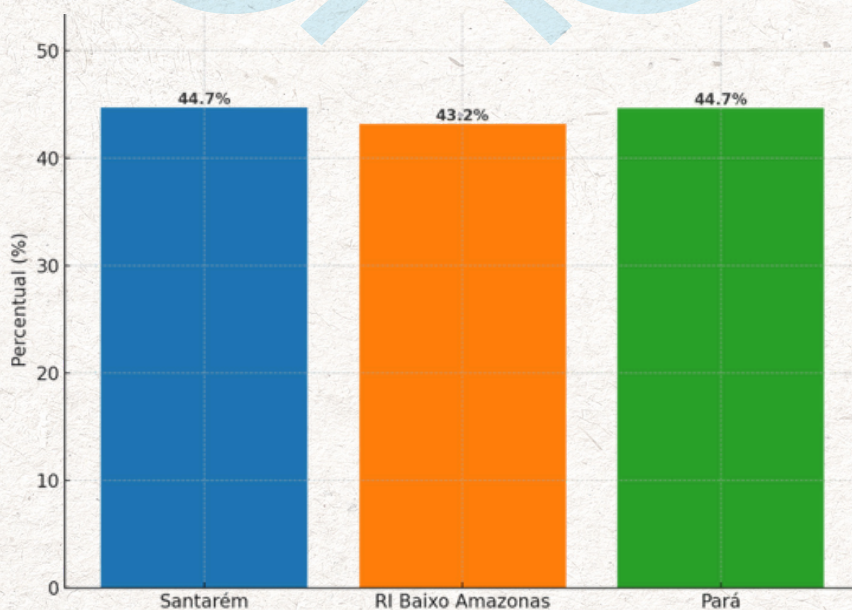
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santarém** registrou um IDS de **44,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santarém x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santarém na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santarém e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

